

REBELDE DENTRO DA REBELDIA: CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES, A GEOGRAFIA E AS ECOLOGIAS POLÍTICAS

Marcelo Lopes de Souza¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 15 abr. 2024 | Aceito em 2 jul. 2024

Resumo: Este artigo é um tributo ao geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023). Ele contém uma breve análise de uma das facetas de sua carreira e de seu engajamento político-social: sua contribuição para o campo interdisciplinar e prático denominado Ecologia Política. Ou melhor, para as Ecologias Políticas, no plural – dado que Carlos Walter, antes e mais que qualquer outro, colaborou para percebermos o quanto estamos diante, nesse caso, de uma pluralidade de saberes, e não de um monólito sem fissuras, de uma narrativa unificada (ou unificável).

Carlos Walter Porto-Gonçalves foi um dos pioneiros do movimento de renovação crítica Geografia brasileira. Sua produção intelectual e sua maneira de ver a Geografia e de encarar a sua atuação como geógrafo apresentaram, porém, uma peculiaridade, que já bem cedo e cada vez mais distinguiria a sua contribuição acadêmica e prático-política daquela da esmagadora maioria de seus companheiros de geração e jornada: ao contrário destes, que, explícita ou tacitamente, buscaram reconstruir a Geografia em seu conjunto enquanto uma “ciência social pura”, por conseguinte descuidando ou mesmo desdenhando a dimensão geobiofísica da realidade material, Carlos Walter procedeu de modo a valorizar o conhecimento sobre a “natureza”. Uma valorização, certamente, que tratava a “natureza” de uma perspectiva histórica e culturalmente situada; não obstante, apesar disso, uma valorização que acolhia o diálogo com os conhecimentos da pesquisa natural e, além disso, que sublinhava a importância dos saberes vernaculares sobre as águas e as intempéries, os solos e a vida.

Palavras-chave: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Ecologia Política; Geografia; Brasil.

DOUBLY REBELLIOUS: CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES, GEOGRAPHY AND THE POLITICAL ECOLOGIES

Abstract: This article is a tribute to Brazilian geographer Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023). It contains a brief analysis of one of the facets of his career as well as of his political-social engagement: his contribution to the interdisciplinary and praxical field called political ecology – or preferably, to political ecologies, in the plural. In fact, Carlos Walter, more than anyone else, helped us understand how much we are faced, in this case, with a plurality of knowledges, and not a monolith without fissures (or a homogeneous narrative).

Carlos Walter was one of the pioneers of the radical movement that renewed Brazilian geography at the end of the 1970s and in the 1980s. However, his intellectual production and his way of seeing geography presented a significant peculiarity, which distinguished his contribution (both his academic works and his life as an activist) from that of the overwhelming majority of human geographers of his generation: unlike these, who explicitly or tacitly sought to reconstruct geography as a whole as a ‘pure social science’ – therefore neglecting or even disdaining the geobiophysical dimension of material reality –, Carlos Walter never denied or underestimated the value of scientific or popular knowledge about ‘nature.’ Sure, he did it from a perspective that treated ‘nature’ always as something historically and culturally situated; nevertheless, it was an epistemological viewpoint that welcomed dialogue with natural science (physical geography included), and, furthermore, that highlighted the importance of vernacular knowledge about the geobiophysical aspects of concrete lifeworlds.

Keywords : Carlos Walter Porto-Gonçalves; political ecology; geography; Brazil.

REBELDE DENTRO DE LA REBELDÍA: CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES, LA GEOGRAFÍA Y LAS ECOLOGÍAS POLÍTICAS

Resumen: Este artículo es un tributo al geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023). Contiene un breve análisis de una de las facetas de su carrera y su compromiso político-social: su contribución al campo interdisciplinario y práctico llamado Ecología Política. Mejor dicho, a las Ecologías Políticas, en plural, dado que Carlos Walter, antes que cualquier otro, colaboró para que percibiéramos la pluralidad de saberes presentes, en lugar de considerarlo como un monolito sin fisuras, una narrativa unificada (o unificable).

Carlos Walter Porto-Gonçalves fue uno de los pioneros en el movimiento de renovación crítica de la Geografía brasileña. Sin embargo, su producción intelectual y su enfoque hacia la Geografía y su papel como geógrafo presentaron una peculiaridad que lo distinguiría de manera creciente de la mayoría de sus compañeros de generación y trayectoria: a diferencia de ellos, que buscaban reconstruir la Geografía como una “ciencia social pura”, descuidando o incluso menospreciando la dimensión geobiológica de la realidad material, Carlos Walter valorizaba el conocimiento sobre la “naturaleza”. Esta valorización, sin duda, consideraba la “naturaleza” desde una perspectiva histórica y culturalmente situada; no obstante, también reconocía la importancia del diálogo con los conocimientos de la investigación natural y, además, destacaba la importancia de los saberes vernáculos sobre el agua, las condiciones atmosféricas, los suelos y la vida.

Palabras clave: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Ecología Política; Geografía; Brasil.

Prólogo

Decidi compor este texto de tributo ao geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023), meu mestre e amigo, que contém uma breve análise de uma das facetas de sua carreira e de seu engajamento político-social, sob a forma de “atos” que se sucedem, como uma peça de dramaturgia. Antes de ser um artigo científico convencional, este é um ensaio de avaliação de uma obra e de uma vida, entrelaçadas entre si e com um comprometimento prático com a mudança do mundo para melhor, em um sentido radicalmente emancipatório. O que aqui se encontra é uma narrativa bastante pessoal, que envolve um olhar sobre personagens, palcos cambiantes (e várias escalas) e cenas diversas. Em suma, acompanharemos, em sequência cronológica, alguns momentos da evolução (não linear) da contribuição de Carlos Walter ao pensamento e à práxis político-ecológicas.

Dito isto, ofereço agora, no restante deste neste prólogo, uma introdução que é, ao mesmo tempo, uma sinopse do conjunto da exposição. Oxalá ela sirva para estimular o leitor a prosseguir com a leitura.

Carlos Walter Porto-Gonçalves foi um dos pioneiros do movimento de renovação crítica Geografia brasileira, que começou a tomar forma em fins dos anos 1970 e se aprofundou e consolidou ao longo da década seguinte. Sua produção intelectual e sua maneira de ver a Geografia e de encarar a sua atuação como geógrafo carregaram, porém, uma peculiaridade, que já bem cedo e cada vez mais distinguiria a sua contribuição acadêmica e prático-política daquela da esmagadora maioria de seus companheiros de geração e jornada: ao contrário destes, que, explícita ou tacitamente, buscaram reconstruir/reinterpretar a Geografia em seu conjunto enquanto uma “ciência social pura”, por conseguinte descuidando ou mesmo desdenhando a dimensão geobiofísica da realidade material – e, na esteira disso, negligenciando toda uma série de interlocuções e tópicos de agendas de pesquisa e luta –, Carlos Walter procedeu de modo a valorizar o conhecimento sobre a “natureza”. Uma valorização, certamente, que tratava a “natureza” de uma perspectiva histórica e culturalmente situada (como ele não se cansava de dizer, “a própria ideia de natureza não é natural”); não obstante, apesar disso, uma valorização que acolhia o diálogo com os conhecimentos da pesquisa natural (Geografia Física incluída) e, além disso, que sublinhava a importância dos saberes vernaculares sobre as águas e as intempéries, os solos e a vida. O humanismo de Carlos Walter se deixava embeber em uma sensibilidade ecológica, e seu ecologismo, por seu turno, transbordava de sensibilidade social e cultural.

É à luz disso que deve ser considerada a imensa contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves não apenas para a Geografia brasileira e “latino”-americana (e mundial), mas também para esse campo interdisciplinar e prático que é a Ecologia Política. Ou melhor, para as Ecologias Políticas, no plural – dado que ele, antes e mais que qualquer outro, colaborou para percebermos o quanto estamos diante, nesse caso, de uma pluralidade de saberes, e não de um monólito sem fissuras, de uma narrativa unificada (ou unificável) e de um tipo de conhecimento pasteurizado e “sem sotaque”.

Primeiro ato: o manifesto de juventude

Quando, em 1978, o jovem Carlos Walter apresentou, durante o histórico III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em Fortaleza, o trabalho “A Geografia está em crise. Viva a Geografia!” (Porto-Gonçalves, 1978), ele já anunciava vários de seus temas prioritários das décadas seguintes, e, também, a essência do substrato teórico e político-filosófico que o animaria ao longo de toda a vida. Lá encontramos, em meio a um interesse genuíno pelos problemas ambientais, a crítica do modo de produção capitalista e do “desenvolvimento econômico” propalado e propagandeado pelos advogados desse modo de produção – tudo isso sobre as bases de uma adesão ao materialismo

histórico e dialético como base teórica. Para ele, os estudos geográficos precisariam dar “um importante passo”, “ao investigar a organização do espaço sob a ótica do modo de produção a seu modo de realização concreto que é a formação social”. (Porto-Gonçalves, 1978, 24). Acontece que, para Carlos Walter, isso não precisaria se dar às custas de um desinteresse pelos processos geobiofísicos, como se deu, infelizmente, com muitos geógrafos que viriam a descobrir a crítica e as contradições sociais pela via do (neo)marxismo, durante as décadas de 1970 e 1980, na esteira daquilo que os anglo-saxônicos apelidaram de *radical turn*. A objeção de Carlos Walter ao empirismo e ao conservadorismo da Geografia clássica (e da *New Geography* neopositivista) se dava mediante uma verdadeira superação dialética, em que algo do momento anterior deveria ser conservado, ainda que de maneira profundamente transformada e recontextualizada. Por essa razão, de seu ponto de vista,

(...) trabalhar com esse instrumental [o materialismo histórico e dialético] não inviabiliza os estudos regionais ou ecológicos. Assim, aqueles que desejassem continuar a fazer estudos localizados, regionais, poderiam analisar especificamente como em um determinado segmento do espaço se forja a sociedade global; que tipos de relações espaciais uma determinada região manteria com os outros segmentos sócio-espaciais; qual a situação desse determinado segmento do espaço nos quadros mais amplos de uma dada formação social (situação de dominação ou de dependência); que tipo de relações homem–natureza aí se produziriam num determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, dependem das relações sociais de produção. (Porto-Gonçalves, 1978, 24)

Logo em seguida, completa ele o raciocínio:

Da mesma forma, os conceitos do materialismo histórico poderiam ser de grande valia à abordagem “ecológica” que nos últimos anos recrudescer com a crescente conscientização do problema da depredação da natureza. Pressionados por esta situação, os estudos dos ambientes e do inter-relacionamento homem–natureza começam a exigir dos geógrafos respostas que possam dar conta desses fenômenos. (Porto-Gonçalves, 1978, 24)

A sensibilidade de Carlos não se limitava a um escaninho epistemológico. Como poucos, ele soube fazer a crítica da Geografia clássica sem magoar geógrafos clássicos de carne e osso, por vários dos quais ele nutria imensa admiração e mesmo carinho, como era o caso de Aziz Ab’Sáber, de Manuel Correia de Andrade e, principalmente, daquele que foi, para ele assim como para mim, um mestre: Orlando Valverde. Sua generosidade, sua capacidade de diálogo e de aprendizado com as diferenças, sua mirada amorosa para o mundo e a humanidade, tudo isso eram atributos de personalidade e caráter que faziam com que ele, ao se indignar, visasse mais às ideias que aos seus portadores individuais. Seu desejo era antes o de *convencer* que o de *vencer*. Além do mais, seu senso de humanidade o tornava especialmente desconfiado de centralismos e hierarquias, ao mesmo tempo em que o aproximava de uma postura libertária. Carlos foi, indiscutivelmente, um dos grandes nomes do ecomarxismo, mas é notável que ele tenha sido o marxista mais imbuído de valores e princípios libertários que eu já conheci pessoalmente. Não é causar nenhuma estranheza, por conseguinte, o parágrafo profundamente elogioso que ele dedicou, em seu artigo de 1978, a um geógrafo anarquista do passado, Élisée Reclus (Porto-Gonçalves, 1978, 13).

A valorização, sobre novos fundamentos, das preocupações ecológicas, se dá, já no texto de 1978, decididamente contra as generalizações estéreis e escamoteadoras: por exemplo, ao escancarar o equívoco das análises que privilegiam “o homem” enquanto “categoria genérica, e não sob relações sociais determinadas que dão ao processo de produção um significado específico, com finalidades que não são ditadas pelo relacionamento homem-natureza, mas pelo modo de produção”; ou, também, ao afirmar que deveríamos recusar encarar a natureza “como ‘meio-ambiente’ genérico,

e não como o '*locus*' produzido e condição de re-produção da sociedade" (cf. Porto-Gonçalves, 1978, 24-25).

Por mais que o pensamento de Carlos Walter se tenha enriquecido com as décadas de leitura, interlocução, andanças pelo Brasil e pela América "Latina" e experiência prático-política que haveriam de vir, seus traços fundamentais já estavam, talvez na sua maior parte, todos lá, em 1978. O que os anos e a vivência trariam – em especial a sua experiência na e com a Amazônia e a luta dos seringueiros, e outras experiências similares depois –, acima de tudo, foi um burilamento, um esmerilhamento. Um amadurecimento, tanto intelectual quanto político. O entusiasmo juvenil de fins da década de 1970 foi canalizado para objetivos de colaboração que viriam a ser bem delimitados, e com isso, intelectualmente, a gema ainda um pouco bruta iria sendo lapidada, com leituras, pé na estrada e comprometimento político-social.

Segundo ato: a educação pela práxis

Dando um pequeno salto de seis anos, chegamos a 1984, ano de publicação da coletânea que é *Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia* (Porto-Gonçalves, 1984). Vemos, aí, um Carlos Walter ainda meandrante, lidando com vários assuntos, os quais tinham em comum a problemática ecológico-social – que podemos definir como aquela em que os dramas sociais se misturam com problemas ligados à poluição, a desastres etc., nos marcos daquilo que Marx chamara de "metabolismo social", e que poderíamos, mais precisamente, chamar de *metabolismo ecológico-social*. Da tragédia da Vila Socó, em Cubatão, engolida por um incêndio causado por 700 mil litros de gasolina que vazaram de um duto da Petrobras, até o desmatamento da Amazônia, diversos são os focos de interesse do autor. Em uma centena e meia de páginas, Carlos Walter inaugurava, com essa coletânea, de maneira bastante explícita, o envolvimento da Geografia brasileira com a Ecologia Política, mesmo que ele não empregasse diretamente, nessa época, essa expressão.

O Carlos Walter da primeira metade dos anos 1980, assim como aquele dos anos 1970, tinha uma experiência de militância vinculada, sobretudo, ao movimento estudantil e no âmbito da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Em meados da década de 1980, o mergulho na realidade e nos problemas da Amazônia, facilitado por Orlando Valverde (então à frente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia [CNDDA], que Valverde ajudara a fundar em 1968), e em especial o encontro com Chico Mendes, iriam influenciar visceralmente as prioridades de Carlos. A Amazônia nunca mais o deixaria, nem ele a ela.

O encontro com o líder seringueiro Chico Mendes (1944-1988) e com a luta dos seringueiros acreanos foi marcante e pleno de consequências. Carlos ajudou a divulgar a luta dos seringueiros, tornando-a conhecida no Eixo Rio–São Paulo e, com isso, auxiliando na construção de uma autêntica "política de escalas", que depois ainda alcançaria o plano internacional – e que permitiria a criação de uma ampla rede de apoio e solidariedade aos seringueiros. Em contrapartida, Carlos Walter aprendeu muitas coisas: táticas do repertório de combate dos seringueiros, notadamente o "empate", em que os seringueiros e muitos de seus familiares formam barreiras humanas para bloquear o caminho dos peões destacados por algum latifundiário para fazer o desmatamento de uma área; a importância dos saberes vernaculares; a relevância crucial de serem forjadas, para além de categorias políticas gerais ou herdadas de outras geografias (como a "classe operária"), identidades e alianças regionalmente enraizadas, como a aliança dos "Povos da Floresta" (seringueiros, indígenas, ribeirinhos...), construção política extraordinária que notabilizou o movimento seringueiro e, em particular, a liderança de Chico Mendes. A partir daquele momento, a Amazônia se tornava a grande escola de Carlos Walter, que não empalideceu mesmo quando, nos anos 1990, seu palco de atuação

se ampliou e passou a abarcar todo um continente, no qual passou a ser admirado e querido por pesquisadores e ativistas.

Paralelamente a tudo isso, Carlos Walter continuou estudando, refinando seus conhecimentos científicos e filosóficos. Desse esforço resultou um livro notável, *Os (des)caminhos do meio ambiente* (Porto-Gonçalves, 1989). Ali, o autor incursiona, de maneira ora erudita, ora militante – mas sempre com um nítido propósito de alimentar a práxis, a mudança emancipatória –, sobre temas como os dilemas do “movimento ecológico”; a concepção grega de “natureza” (*physis*) e seu gradual afunilamento; as mistificações de certas maneiras de apreender e lidar com a “natureza”, como o neomalthusianismo do *Relatório Meadows* (que virou o livro *Os limites do crescimento*), apresentado ao Clube de Roma em 1972 (e que Carlos examinou em sua dissertação de mestrado, *Os limites dos limites do crescimento*, orientada por Milton Santos e defendida na UFRJ em 1985); o entrelaçamento necessário entre lutas sociais e ecológicas e o alcance macrossocial da “questão ecológica”; as implicações da degradação ambiental e as responsabilidades do capitalismo. Com *Os (des)caminhos do meio ambiente*, Carlos Walter Porto-Gonçalves ofereceria, para quem tivesse olhos de ver, toda uma agenda de pesquisa, indescolável de uma agenda de luta, que complementava e elevava a um outro patamar de sofisticação aquilo que ele já havia oferecido mais de dez anos antes, com o artigo-manifesto “A Geografia está em crise. Viva a Geografia!”, ou mesmo com os ensaios reunidos em *Paixão da Terra*. Podemos talvez dizer que, nesse momento, completava-se a primeira “etapa” da formação propriamente acadêmica de Carlos Walter; uma segunda, que começaria na década de 1990, levaria, na esteira da ampliação de escala geográfica de interlocução e vivência (do Brasil para a América dita “Latina”), à incorporação ou ao refinamento de novas preocupações e novos elementos teórico-conceituais (o descolonial e a crítica à colonialidade do saber, o aprofundamento da crítica do “desenvolvimento econômico” capitalista etc.). Sempre sobre os alicerces de uma seiva vital oriunda, mais que dos livros, das viagens, conversas, aprendizados *in loco* e colaborações com movimentos sociais diversos: no Brasil, a partir dos anos 1980, os seringueiros e outros sujeitos coletivos e suas lutas; em escala continental, desde a década seguinte, os contatos e diálogos com atores sociais de diversos países e regiões.

Há, porém, ao se observar bem de perto a produção intelectual desse período, algo de surpreendente (em princípio): “sobre os alicerces”, como eu disse há pouco, não significa, necessariamente, sempre uma imediata explicitação das fontes de inspiração e uma utilização sistemática dos materiais derivados das vivências realizadas. Tirando a bela e humilde dedicatória a Chico Mendes, os seringueiros não estão presentes, ao menos diretamente, nas páginas d’*Os (des)caminhos do meio ambiente*. Quanto a isso, o estilo do autor, mesmo quando polemiza com a ciência (devido ao autoritarismo cientificista), é basicamente acadêmico – científico e filosófico. As vozes dos atores surgem mediadas pela voz do autor; aquelas que “escutamos” diretamente são as vozes de filósofos e pensadores, mediante a transcrição de longos trechos de Gerd Bornheim, Lewis Mumford e, principalmente, Edgar Morin, citado numerosas vezes. Tenho, para explicar isso, uma hipótese: a impressão causada pela luta dos seringueiros e seu efeito inspiracional e formativo sobre Carlos só viriam a se completar e decantar no espírito do geógrafo, em sua plenitude, nos anos 1990. A elaboração de sua tese de doutorado, defendida em 1998 na UFRJ, ofereceu, em larga medida, a oportunidade e o pretexto para uma reflexão sobre os conteúdos e o alcance daquela luta e sobre o seu próprio papel de colaborador dos protagonistas.

Terceiro ato: os ares da América “Latina”/Abya Yala

A partida de Chico Mendes, assassinado em 1988, não interrompeu a trilha de diálogo e colaboração de Carlos com os seringueiros. Osmarino Amâncio e outros seringueiros continuaram a

ser interlocutores, parceiros e até mesmo amigos. Ao mesmo tempo, a década subsequente ao desaparecimento físico de Chico Mendes, a quem Carlos tanto deveu, testemunhou um duplo amadurecimento intelectual, que foi, igualmente, um processo de aprofundamento: a maior “metabolização” intelectual da experiência de colaboração iniciada nos anos 1980; a expansão da escala experiencial e do raio de ação de Carlos enquanto pesquisador e ativista, que transbordou do Brasil para o restante do continente “latino”-americano, do México à Argentina.

No tocante à “metabolização” intelectual da experiência pregressa, o doutoramento na UFRJ foi uma relativa “pausa para reflexão sistemática”. Orientado por Lia Osório Machado, diferente de Carlos Walter em quase tudo – mas com uma mistura de sagacidade e franqueza cortante que, no solo certo, sempre foram capazes de plantar extraordinárias sementes –, Carlos viu uma massa enorme de informações e reflexões parciais acumuladas se transformar, paulatinamente, em uma análise de grande fôlego. A talvez improvável colaboração entre o intelectual-ativista ecomarxista e a pesquisadora “parresiasta” (na melhor tradição de um Diógenes de Sinope, de não temer inimizadas por usar de extrema sinceridade) mostrar-se-ia frutífera, com Carlos reagindo às construtivas e argutas provocações da orientadora de maneira produtiva. A tese, defendida em 1998 (e de cuja banca examinadora tive a honra de participar), foi, alguns anos depois, publicada (Porto-Gonçalves, 2003). É possível afirmar, sem medo de errar, que esse é um dos livros mais importantes já publicados por um geógrafo brasileiro. Lamentavelmente, não foi publicado integralmente em outros idiomas, notadamente em inglês (uma pena, pois a Geografia anglófona nem sequer desconfia do que perdeu), muito embora resultados advindos da pesquisa da tese viessem a ser publicados, desde os anos 2000, em espanhol.

Se a tese de doutorado foi um coroamento e marco acadêmico, a década de 1990 testemunharia nosso geógrafo a alçar voos internacionais. Mais especificamente, continentais. Preciosas foram as portas que, com isso, Carlos Walter abriu para os geógrafos brasileiros.

É curioso – e lamentável – como a esquerda acadêmica que emergiu no Brasil ao final do Regime Militar, na década de 1980, pouco retomou as reflexões dos dependentistas “latino”-americanos, ou mesmo de autores clássicos do pensamento revolucionário continental como José Carlos Mariátegui (marxista) e Ricardo Flores Magón (anarquista). A Geografia não foi exceção, pelo contrário; da Geografia partiria, sem embargo, uma das mais importantes movimentações para compensar essa negligência. A partir dos anos 1990, Carlos Walter liderou um processo, entre os geógrafos brasileiros, de interlocução com o pensamento crítico “latino”-americano, que passou pela (re)descoberta dos dependentistas e de seus desdobramentos, como os escritos de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder e do saber. Multiplicaram-se os contatos e os diálogos continentais de Carlos Walter: Raúl Zibechi, Walter Mignolo, Silvia Rivera Cusicanqui, Ana Esther Ceceña e muitos outros. Dentre esses parceiros de discussões e práticas sobressairiam, no longo prazo, principalmente aqueles ligados à Ecologia Política: Héctor Alimonda, Arturo Escobar e, mais que todos, o amigo Enrique Leff.

Foi no contexto das conversas diretas e indiretas com intelectuais como os mencionados no parágrafo anterior, mas igualmente nos marcos de encontros e diálogos com ativistas em vários países do continente, que Carlos Walter, inicialmente formado por uma matriz teórica cuja tônica era dada pelo eurocentrismo (ainda que os autores fossem, em certos casos, do nosso próprio continente, mas cujas referências eram fornecidas principalmente por um marxismo forjado no Velho Mundo), percebeu que uma enorme parcela de nossa América nada tem de “latina”, pois é, na sua essência ou em grande medida, Quéchua, Aymará, Guarani, Maia, Mapuche... Na cabeça de Carlos, a América Latina transmutou-se cultural-politicamente em América “Latina”, em *Abya Yala* (designação originada entre o povo Cuna, do Panamá, para se referir ao nosso continente). As andanças por *Abya Yala* seriam, ainda, complementadas por outras tantas andanças e colaborações no interior do

próprio Brasil, como aquelas que levaram Carlos Walter a cooperar com vários movimentos, organizações e atores pelo país afora: aos seringueiros se juntariam barrageiros, geraizeiros e outros; da Amazônia, cuja importância para Carlos se plasmava em numerosas publicações (vide, p.ex., Porto-Gonçalves, 2001a, 2001b, 2003, 2017), as parcerias chegariam a outras tantas lugares, com destaque para o Cerrado e suas gentes (cf. Porto-Gonçalves, 2019). Seria sobre esses alicerces que nosso autor pensaria, para além do Brasil e de *Abya Yala*, o próprio mundo (vide, p.ex., Porto-Gonçalves, 2004 e 2006).

Epílogo e recomeço: o legado e os caminhos por percorrer

A Geografia brasileira e “latino”-americana que Carlos Walter deixou ao partir é algo muito diferente daquilo que ele conheceu nos bancos de sua graduação na UFRJ; e em grande parte, isso se deve à sua própria influência. Uma Geografia mais crítica, mais sintonizada com as ciências da sociedade e mais afeita às autocríticas de ordem epistemológica. Uma Geografia, também, muito mais claramente voltada para o engajamento fora da academia, seguindo e atualizando os passos de alguém como Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade.

Por meio de dois neologismos, “geo-grafar” e “r-existência”, podemos sintetizar muito da contribuição de Carlos Walter. *Geo-grafar*: aprender com os grupos e povos, engajar-se para muito além dos gabinetes; *r-existir*: defender um modo de vida, um modo de existência – local e regionalmente ecológico-culturalmente enraizado, para além do eurocentrismo e do urbanocentrismo – e ser protagonista da ação, não apenas alguém que reage contra um ataque ou uma ameaça. Essas duas noções, a um só tempo intelectuais e ético-políticas, representam, pode-se dizer, todo um programa de ação. No tocante à Ecologia Política, podemos dizer que Carlos colaborou decisivamente, sobre esses fundamentos, para “pluralizá-la”, transformando-a em Ecologias Políticas: não mais um mero “campo de estudos” acadêmicos, quiçá dominado por um qualquer “paradigma” (possivelmente importado), mas sim múltiplos saberes, acadêmicos e populares, da ciência às sabedorias e práticas ancestrais.

Há, porém, pendências, trilhas a serem exploradas, perguntas aguardando boas respostas. Carlos Walter foi um “perguntador”, talvez mais que um “respondedor”; é perfeitamente coerente com o seu espírito e o seu legado, assim, que nos ponhamos em movimento para colocarmos questões e lançarmos hipóteses, com a ajuda dele, a partir dele e para além dele. Darei alguns exemplos.

“R-existir” pode parecer mais complexo e superior em comparação com “resistir”, pois é como se, neste último e clássico caso, o impulso viesse todo de fora, com os oprimidos sendo antes antagonistas que protagonistas. No entanto, e quando não se trata de defender ativamente um modo de vida e um território – uma r-existência, portanto –, mas sim de *superar* um modo de vida? No caso dos trabalhadores urbanos nas periferias e favelas, o alcance da ideia de “r-existência” é limitado, podendo ser, até mesmo, uma armadilha: a de legitimar a manutenção e a “melhoria” das condições de vida e moradia (mais e melhor infraestrutura, regularização fundiária, desestigmatização espacial etc.), perdendo-se por completo o horizonte de uma eliminação da exploração do trabalho e da segregação residencial em um sentido radical. Carlos Walter sabia muito bem que isso seria um despropósito; contudo, não sendo um pesquisador da problemática urbana, deixou a outros a tarefa de investigar alternativas e abrir caminhos. Para escaparmos à ilusão ideológica da “resiliência”, que nos convida a uma adaptação à realidade existente, no máximo acompanhada de algumas reformas e políticas públicas compensatórias – que desemboquem em menos brutalidade policial, menos pobreza e menos racismo –, precisamos manter vivo o horizonte utópico de uma *resistência* visceral ao capitalismo e ao seu Estado, o que, em se tratando da massa dos trabalhadores urbanos,

inevitavelmente terá de passar pela invenção de algo novo, muito mais que pela defesa de algo que já exista e teime em continuar existindo.

Outra provocação é aquela estimulada pela crítica ao desenvolvimento capitalista. Sim, podemos nos inspirar em cosmologias e tradições outras, como a do *buen vivir*; todavia, como abraçar o “bem viver” em um contexto não andino e já profundamente ocidentalizado? Mais do que isso: em um contexto não de uma pequena comunidade rural, mas sim de uma metrópole ou megalópole? Como seria o “bem viver” não em uma comunidade do altiplano andino, mas sim em Buenos Aires, em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Cidade do México? Ou mesmo em uma cidade de porte médio do interior de São Paulo, do Rio Grande do Sul? Perguntas como essas não podem ser respondidas senão pelos próprios povos; não admitem ser respondidas teoricamente e no conforto de uma biblioteca. O que não nos exime de formulá-las enquanto questões, e talvez de divisar limites, balizamentos, ilusões e ciladas.

Uma questão estreitamente ligada aos assuntos que acabamos de discutir se refere a um sério calcanhar de aquiles da Ecologia Política no Brasil e, a rigor, no mundo, mas muito especialmente na América “Latina”. Quando a Ecologia Política (na sua dimensão enquanto espaço epistêmico de reflexão) descobrirá que, para superar o urbanocentrismo, não precisa e nem deve deixar de lado a realidade das massas de trabalhadores urbanos, cujos sindicatos já não questionam, cujos ativismos já pouco ou nada movem (não seriam, assim, movimentos...), cujas vidas são cooptadas por fundamentalismos religiosos e pelo capitalismo criminal-informal? Sabemos que a Ecologia Política, tanto entre geógrafos quanto entre antropólogos, despontou em meio a estudos sobre comunidades e problemas rurais; ainda assim, essas marcas de origem não explicam, sozinhas, o pouco – e, principalmente, desproporcionalmente muito pequeno – interesse pelas cidades e pela urbanização. É irresistível a impressão de que a Ecologia Política, especialmente na América dita “latina”, tem evitado, de maneira talvez não muito consciente, as cidades, e acima de tudo as grandes cidades, porque elas representam um desafio de difícil digestão: as urbes, nas quais se concentram tantas mazelas da civilização industrial, surgem, ao que parece, como problemas, e não como soluções para o que quer que seja; os trabalhadores urbanos, desenraizados e politicamente emasculados, são por isso encarados à distância, como atores que, se merecem solidariedade em suas atribulações, não merecem crédito como portadores de esperança ou fonte de inspiração.² Se a impressão estiver correta, o equívoco que cometem os que assim agem é brutal. Pois os trabalhadores urbanos das grandes cidades e metrópoles dos países periféricos experimentam todo tipo de vicissitude político-ecológica (falta de saneamento básico, dificuldades de abastecimento de água potável, doenças decorrentes de superexposição a poluentes etc.), e não só por isso: sendo uma parcela majoritária e crescente da população, nenhuma ação emancipatória poderá abdicar de passar pelas massas urbanas, com seus trabalhadores formais e informais hiperprecarizados.

Por fim, uma questão que nos remete ao âmago do próprio fazer científico neste início de século XXI. A ciência pode muito (Carlos Walter nunca o negou), mas está longe de poder tudo (como Carlos e outros mais, de maneira enfática, não têm, há décadas, se cansado de afirmar). Como conciliar, como entrecruzar – em várias escalas, e não apenas abstratamente, filosoficamente – os múltiplos saberes, sem hierarquias apriorísticas? De uma postura positivista e cientificista passou-se, nas

² Justiça seja feita: Carlos Walter jamais embarcou na canoa furada de desvalorizar a pesquisa urbana e, muito menos ainda, as lutas urbanas. Mesmo sem trabalhar sistematicamente, ele mesmo, com os temas da Geografia Urbana, e a despeito de sua veemente (e correta) denúncia do “urbanocentrismo”, ele nunca deixou de valorizar os ativismos urbanos e de estimular o estudo geográfico dos problemas e das lutas nas cidades. Desgraçadamente, essa lucidez não parece ter feito muita escola. Integrando, desde 2022, o Grupo de Trabalho (GT) “Ecologías Políticas desde el Sur/Abya Yala”, da CLACSO (*Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*), tenho podido testemunhar, em primeira mão, a enorme dificuldade que reside em convencer colegas do universo político-ecológico “latino”-americano a conferirem relevância a uma Ecologia Política Urbana ou, como tenho preferido, Ecologia Política da Urbanização.

últimas décadas, em certos círculos – por exemplo, na Ecologia Política – a uma desvalorização da ciência, posta sob suspeição como símbolo e veículo do “Ocidente”, do eurocentrismo e até mesmo da dominação masculina. Ora, por mais que determinadas críticas (neoanarquistas, ecofeministas etc.) toquem em feridas e iluminem aspectos essenciais e muitas vezes escamoteados, resta a pergunta: basta uma “antítese” (pós-moderna) à “tese” (moderna, iluminista)? Não estamos antes a carecer de *novas sínteses*? *Autonomia*, como princípio e parâmetro, talvez constitua a chave de que necessitamos para ultrapassar certos exageros e evitar falsos problemas. Isso precisa ser mais enfatizado, muito embora Carlos Walter já a tenha trazido, um tanto timidamente, mas em diálogo explícito com Cornelius Castoriadis, no livro de 1989 (da minha parte, eu já o vinha fazendo desde meados da década de 1980, como é possível ver por alguns trabalhos, notadamente por minha dissertação de mestrado, defendida em 1988). Sem isso, me atrevo a dizer, corremos o risco de endossar posições socialmente passadistas e regressivas, substituindo um simplismo (tecnolatria, ideologia do “progresso” e do “desenvolvimento econômico”, urbanofilia exagerada, universalismo pasteurizador) por um simplismo de outro tipo (tecnofobia, “primitivismo”, urbanofobia, particularismo e localismo provincianos).

Se “utopia” não significa apenas, negativamente, o que não existe, mas sim, em primeiro lugar, o que *ainda* não existe (mas que pode vir a existir); e se a emancipação humana e uma considerável porção de utopia são indissociáveis; então, comprometer-se com a práxis emancipatória não pode ser sinônimo de manter tradições (não raro mais recentes ou híbridas do que gostaríamos de acreditar) e modos de vida ancestrais e vernaculares, para tanto celebrando o “cancelamento” de tudo o que carregue a pecha ou a marca de ter origem no “Ocidente”, no Iluminismo, na ciência moderna, e assim sucessivamente. Em um mundo desde sempre e cada vez mais atravessado por intercâmbios e misturas, a práxis emancipatória não pode abrir mão de apostar na invenção do novo, ainda que o novo tenha por base a reinvenção e o reaproveitamento de valores e costumes, a depender do contexto e da escala geográfica. (Em tempo: o capital aprendeu há muito tempo a potência cooptadora de mesclar o novo com o velho, o geral com o particular, engendrando modas e pastiches. O que resta saber é se as forças anticapitalistas, caso ainda guardem ou atualizem alguma relevância histórica, saberão produzir suas próprias sinergias, suas próprias [re]invenções, com real capacidade transformadora e fôlego significativo. Algo me diz que Carlos Walter concordaria com essa conclusão.)

Referências

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (1978): A Geografia Está em Crise. Viva a Geografia! *Boletim Paulista de Geografia*, v. 55, p. 5-29.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (1984): *Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Socii.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (1989): *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2001a): *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2001b): *Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México, D.F: Siglo XXI.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2003 [1998]): *Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: Edições Ibama.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2004): *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2006): *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2017): *Amazônia – encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2019): *Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT.